

Editorial

A Revista do MPDFT foi sistematizada dentro de uma nova filosofia pluralista transdisciplinar e multidisciplinar, permitindo o acesso à informação em diversas áreas do Direito. Destina-se aos operadores de Direito e tem como foco a publicação de trabalhos técnico-científicos na seara jurídica ou em ciências afins, tendo como tema principal o estudo das áreas de atuação do Ministério Público.

A missão da Revista do MPDFT é divulgar a produção intelectual sobre estudos de áreas pertinentes à atuação funcional ou às áreas de interesse do Ministério Público, democratizando o conhecimento e valorizando pesquisas acadêmicas, avanços teóricos e empíricos na área do Direito. Ademais, este periódico também estimula a reflexão sobre temas relacionados às áreas de atuação do Ministério Público e, desta forma, contribui para a melhoria dos processos de gestão estratégica da organização.

A Revista do MPDFT é voltada a um público de membros do Ministério Público, magistrados, juristas, operadores do Direito em geral, pesquisadores, professores, estudantes e tomadores de decisão de alta qualificação que atuam na área de administração de organizações públicas, privadas e do terceiro setor.

Nesta edição, os temas, embora sejam afetos à área do Direito, são sempre analisados sob um olhar multidisciplinar, seguindo a tendência de se relacionar as variadas áreas do conhecimento. Dentre os diversos artigos publicados, dois tratam especificamente do tema improbidade administrativa.

O primeiro, “Nepotismo como ato de improbidade administrativa”, objetiva fornecer indícios da ilegalidade do nepotismo ao leitor, situação que é enfrentada no último tópico do texto, em que se examina a violação dos princípios constitucionais da Administração Pública pelo instituto em questão, circunstância que o faz ser classificado como ato de improbidade administrativa reprimido pelas sanções impostas pela Lei nº 8.429/92. O segundo, “A inviabilidade de extensão dos benefícios da colaboração premiada aos atos de improbidade administrativa”, busca demonstrar a impossibilidade da extensão dos benefícios penais do instituto da colaboração premiada, próprio da criminalidade organizada, aos atos de improbidade administrativa, em decorrência da vedação legal atribuída pela Lei de Improbidade Administrativa à luz da Constituição Federal.

A Revista conta também com outros interessantes artigos, das variadas áreas do Direito e de outras áreas afins, cujo conteúdo vale a leitura. A responsabilidade dos trabalhos publicados é exclusivamente de seus autores.

Convidamos todos os autores que queiram ter seus trabalhos publicados na Revista do Ministério Público para que os enviem ao Conselho Editorial.

O sucesso da revista depende, principalmente, da participação de vocês.

Flávio Augusto Milhomem

Coordenador do Conselho Editorial